

ARTIGO**SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AMBIENTAL: ANÁLISE DAS TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO TEÓRICA NA REGIONAL NORTE DA ABEPSS (2010 A 2024)****SOCIAL WORK AND ENVIRONMENTAL ISSUES: ANALYSIS OF THEORETICAL PRODUCTION TRENDS IN THE NORTHERN REGION OF ABEPSS (2010 TO 2024)****TRABAJO SOCIAL Y CUESTIÓN AMBIENTAL: ANÁLISIS DE LAS TENDENCIAS DE LA PRODUCCIÓN TEÓRICA EN LA REGIONAL NORTE DE LA ABEPSS (2010–2024)****KARINA CAMILLE MARQUES CEZAR¹****FRANCISCO DOS SANTOS NETO²****REINALDO NOBRE PONTES³****RESUMO**

Considerando o debate contemporâneo acerca da crise ambiental e possíveis subterfúgios fundamentados no mito da sustentabilidade, este estudo se propôs realizar um levantamento bibliográfico no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, dando ênfase em produções de teses e dissertações publicadas em Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da Regional Norte, de acordo com a classificação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço

1. Assistente Social (UFPA, 2015). Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA, 2021). Doutoranda em Serviço Social pelo mesmo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará. Pesquisadora do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia (GEPSS/FASS/PPGSS-UFPA). E-mail: karinamarquesas@hotmail.com

2. Assistente Social (UFPA, 2017). Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA, 2021). Doutorando em Serviço Social pelo mesmo Programa de Pós-Graduação. Docente da Faculdade Estácio do Pará, dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação Lato Sensu. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social, Questão Étnico-Racial e Formação Profissional da Faculdade Estácio. Pesquisador do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia (GEPSS/FASS/PPGSS-UFPA). E-mail: Francisco.neto2013@hotmail.com

3. Assistente Social (UFPA, 1984). Doutor em Sociologia pela Universidad Complutense de Madrid, Departamento de Sociologia 1 (2007). Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1993) Professor associado 1 da Faculdade de Serviço Social dos cursos de graduação em Serviço Social e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS. Líder do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia (GEPSS), vinculado à FASS e ao PPGSS da UFPA. Orientador de Doutorado dos dois demais autores deste Artigo. E-mail: rpontes@ufpa.br

Social (ABEPSS). Fundamentados no método do materialismo histórico-dialético, a partir de uma pesquisa de natureza qualitativa, nossas inferências analíticas incidiram nas 17 produções intelectuais identificadas no decurso da pesquisa exploratória que discorrem sobre as categorias “sustentabilidade” e “socioambiental”. Ao final, concluimos preliminarmente que há um movimento das pesquisas acadêmicas em apropriar-se destas categoriais, ainda que haja a necessidade de aprofundamento crítico nas abordagens.

Palavras-chave: serviço social; produção teórica; questão ambiental.

ABSTRACT

Considering the contemporary debate on the environmental crisis and potential subterfuges grounded in the myth of sustainability, this study aimed to conduct a bibliographic survey using the CAPES Theses and Dissertations Catalog. The focus was placed on theses and dissertations produced within Social Work Graduate Programs in Brazil's Northern Region, according to the classification of the Brazilian Association of Teaching and Research in Social Work (ABEPSS). Grounded in the method of historical-dialectical materialism and based on qualitative research, our analytical inferences focused on the 17 intellectual productions identified during the exploratory phase of the study that address the categories of “sustainability” and “socio-environmental.” In conclusion, we preliminarily observe a growing trend in academic research toward the appropriation of these categories, although a more critical and in-depth approach is still necessary.

Keywords: social work; theoretical production; environmental issues.

RESUMEN

Considerando el debate contemporáneo acerca de la crisis ambiental y los posibles subterfugios fundamentados en el mito de la sostenibilidad, este estudio se propuso realizar un levantamiento bibliográfico en el Catálogo de Tesis y Disertaciones de la CAPES, poniendo énfasis en las producciones de tesis y disertaciones publicadas en Programas de Posgrado en Trabajo Social de la Regional Norte, de acuerdo con la clasificación de la Asociación Brasileña de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social (ABEPSS). Fundamentado en el método del materialismo histórico-dialéctico y a partir de una investigación de naturaleza cualitativa, nuestras inferencias analíticas se centraron en las 17 producciones intelectuales identificadas en el transcurso de la investigación exploratoria que abordan las categorías “sostenibilidad” y “socioambiental”. Finalmente, concluimos de manera preliminar que existe un movimiento en las investigaciones académicas de apropiación de estas categorías, aunque persiste la necesidad de un mayor profundizamiento crítico en los enfoques adoptados.

Palabras clave: trabajo social; producción teórica; cuestión ambiental.

1 INTRODUÇÃO

O interesse investigativo por este campo temático adveio da experiência dos autores na Disciplina de “Estudos Avançados em Teorias Sociais e Serviço Social”, vinculada ao Curso de Doutorado em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Na oportunidade da disciplina, foram discutidos temas como: modernidade, pós-modernidade e Serviço Social na contemporaneidade. Durante o penúltimo bloco do curso, no qual discutiu-se a pós-modernidade, houve um importante debate acerca das concepções sobre natureza/meio ambiente, com vistas a analisar as diferentes concepções sobre o tema em face da razão moderna marxiana e do pensamento pós-moderno.

Observou-se, ao longo dos debates, que o planeta vem demonstrando sinais de esgotamento de seus recursos, frente ao padrão de exploração impetrado pelo grande capital, o que tem incorrido em catástrofes, as quais muitas vezes são classificadas como “naturais”, porém a partir de uma análise crítica pode-se aferir esses processos como resultado do padrão de desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo contemporâneo. Nessa esteira, na contemporaneidade também são disseminados, no cotidiano acadêmico e fora dele, soluções à crise climática que mistificam a realidade, colocando-as como “desastres naturais”, cuja intervenções passam por uma mudança individual dos seres humanos, o que certamente não altera a dinâmica destrutiva do capital.

Desta forma, considerando que a área do Serviço Social tem se posicionado, desde a renovação profissional, na defesa do pensamento crítico-dialético como orientação de análise das determinações da realidade, buscou-se com este artigo apresentar: quais as tendências da produção teórica na área do Serviço Social, entre os anos de 2010 à 2024, acerca do debate sobre Serviço Social e questão ambiental na Região Norte?

Em vistas ao resultado dessa problemática investigativa, realizou-se levantamento bibliográfico no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES). Destaca-se que a pesquisa considerou os Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da Regional Norte, de acordo com a classificação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que envolve os seguintes estados do Brasil: Roraima, Amapá, Amazonas, Acre, Rondônia, Pará, Maranhão, Tocantins e Piauí. Ressalta-se que destes estados só há Programas de Pós-Graduação (PPGs) vinculados à área de Serviço Social

nas seguintes Universidades Públicas: Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Universidade Federal do Tocantins (UFT) , com cursos de Mestrado, assim como UFPA, Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Universidade Federal do Piauí (UFPI), com cursos de mestrado e doutorado.

Na pesquisa foram utilizados os seguintes descritores: 1) Socioambiental; 2) Questão Socioambiental e 3) Sustentabilidade. Cumpre destacar que o levantamento foi realizado entre os dias 13 e 14 de julho de 2024. Outrossim, as palavras-chave foram pesquisadas sem a utilização de aspas, o que significou um universo total de 423 (quatrocentos e vinte e três) produções. Contudo, após a primeira aproximação, por meio da leitura dos títulos e resumos, a amostra foi reduzida para 17 (dezessete), o que possibilitou uma análise mais acurada das discussões em torno do problema de pesquisa proposto nesse artigo, assim como subsidiou a fundamentação do conjunto das discussões teóricas presentes no trabalho. Destaca-se que nos anos de 2023 e 2024, até a data deste levantamento, não havia nesses PPGs pesquisas concluídas sob a temática ambiental.

Por fim, este artigo está organizado em 2 itens, além desta introdução e das considerações finais, a saber: 2) A crise ambiental e a (in)sustentabilidade do capital, no qual se discute o que denominamos de falácia da Sustentabilidade na ordem burguesa, tendo em vista que o capitalismo se apresenta a partir de uma lógica destrutiva, o que certamente é incompatível com a ideia de preservação da vida de um modo geral, ou seja, da relação homem-natureza; 3) Análise das tendências da produção teórica na Regional Norte da ABEPSS (2010 a 2022), com vistas a evidenciar as principais discussões apresentadas pelos pesquisadores em nível de pós-graduação nesta região, de modo a identificar se corroboram com razão moderna marxiana, conforme preconizado pelo projeto de formação profissional da ABEPSS, particularmente as Diretrizes Curriculares de 1996.

2 A CRISE AMBIENTAL E (IN)SUSTENTABILIDADE DO CAPITAL

A década de 1970 demarca o contexto de crise do capitalismo contemporâneo, de acordo com Mészáros (2002), a crise do capitalismo deixar de dispor de um caráter cíclico e passar a ter uma dimensão estrutural. Harvey (2016, p. 09) afirma que as crises são importantes estressores para o capital, pois auxiliam na sua reprodução, considerando que é no desdobramento das crises que as incertezas são “[...] confrontadas, remodeladas e reformuladas para criar uma nova versão daquilo em que consiste o capitalismo. Muita coisa é derrubada e destruída para

dar lugar ao novo".

Desta nova era que começa a ser tecida no final do século passado, apontam autores como Harvey (2016), Mészáros (2002) e Carcanholo e Nakatami (2015) que o capital financeiro desponta como norteador hegemônico das relações capitalistas, influenciando uma reorganização das demais formas de capital. Os bancos centrais, as transações especulativas/monetárias são elementos novos, mas nem tão novos, de uma Era de complexificação das relações entre o capital produtivo e especulativo. Como uma das cabeças da Hidra, nesse complexo campo de mediações, a crise ambiental se configura no cenário internacional e nacional como uma das principais preocupações contemporâneas. Contudo, qualquer análise sobre o tema somente será fidedigna à realidade se observada a partir da história, assim sendo a conjuntura de crises, de acordo com o Coutinho (2009, p.23):

[...] expressa a especificidade de uma forma de apropriação da natureza, que é a apropriação privada. O metabolismo estabelecido pelo capital em sua relação com o meio ambiente pressupõe riscos ambientais crescentes, inerentes a um modo de produção que necessita destruir a natureza para transformá-la em mercadoria (Coutinho, 2009, p. 23).

Coutinho (2009) menciona que em 1960 cresce gradualmente a preocupação das entidades internacionais para com os problemas da degradação ambiental, motivado, principalmente, pela revolução ambiental norte-americana e, nas décadas seguintes, essa preocupação se expande para outros países do norte global alcançando, na década de 1980, a América Latina, Europa Oriental, União Soviética e Leste da Ásia. Manifesta-se, como possibilidades de explicar e "resolver" este problema, correntes do pensamento conservador vinculadas a um ideário de sustentabilidade. Em meados da década de 1970 eclodem as chamadas "teorias verdes" que incorporam várias vertentes das correntes ambientalistas.

Desta forma, os debates acerca da natureza passam a ganhar maior relevância entre os pensadores da tradição crítica, especialmente da tradição marxista, tendo em vista que, segundo Sabrina Fernandes (2019), debates que eram pontuais passam a ocupar um lugar de melhor tratamento analítico, tendo em vista que esses autores não mais puderam continuar ignorando a relevância da temática e entenderam que era necessário fazer a disputa por este campo teórico.

As abordagens que se disfarçam de ingênuas e preocupadas com as mudanças

climáticas, que compõem a maioria esmagadora da literatura voltada ao tema e, por conseguinte, norteiam acordos internacionais acerca da temática ambiental, são legatárias da categoria de sustentabilidade que no plano político não representam estratégias ou mesmo proposições para superação modo de produção capitalista. Ao contrário, propõe uma mudança de comportamento individual, passando ao largo das problemáticas estruturais, especialmente se considerarmos que é necessário

[...] identificar a crise ambiental como a reestruturação produtiva do capitalismo e indicar alternativas de solução centradas na convicção de inteira possibilidade de transformações expressivas do comportamento individual com a adoção de uma nova ética, de cunho ecológico e humanista, marcada pelo altruísmo e pelo senso de responsabilidade coletiva (Coutinho, 2009, p. 22).

Dessa mística, de alijamento da discussão de natureza ao modo de produção capitalista, são desdobradas incontáveis propostas de intervenção e estratégias de marketing que, ao passar dos anos, são aperfeiçoadas para tornar-se mais palatável e convidativo ao público, nas palavras de Mészáros “o fato de que o capitalismo lida dessa forma - ou seja, o seu modo - com a ecologia não deveria provocar a mínima surpresa: seria quase um milagre isso não ocorrer” (Mészáros, 2002, p. 989). Para o autor nessas abordagens das perspectivas de sustentabilidade, “as pessoas deveriam esquecer tudo sobre as cifras astronômicas despendidas em armamentos e aceitar cortes consideráveis em seu padrão de vida de modo a viabilizar os custos da “recuperação do meio ambiente” (Mészáros, 2002, p. 989).

Da contraposição crítica, especialmente entre as décadas de 1980/90, despontam pensadores socialistas que começaram uma aproximação do debate “verde”. Emerge desse movimento o chamado movimento ecossocialista que, no primeiro momento, esteve impregnado do pensamento trotskista, principalmente da quarta internacional, reverberando em duras críticas ao produtivismo da União Soviética, ao stalinismo e a um certo aspecto “elogioso” de Marx ao produtivismo (Fernandes, 2024).

Em detrimento dos embates deste primeiro momento, houve uma ruptura que propiciou o surgimento de uma nova fase do ecossocialismo que pretendia se aprofundar nos fundamentos para uma teoria verde dentro dos parâmetros já delineados em Marx e no marxismo (Fernandes, 2019). Autores como Foster (2023), Michael Lowy (2021) e Saito (2021) são destaques deste segundo movimento de retorno às obras de Marx para subsidiar novas arguições.

Para Fernandes (2019), o uso da categoria ecológico e não de nomenclaturas como, por exemplo, ambientalista, se justifica tendo em vista o aprofundamento que a primeira representa, quer dizer, para ela ambiental diz respeito ao meio ambiente, focando o debate em problemas de ordem imediata, sem conectá-la à gênese da sua causa e, ao contrário, ecológico demonstra vinculação entre a crise ambiental e modo de produção, nos situa como parte dessa natureza e, portanto, sujeitos às regras desta natureza.

Eco não é apenas um prefixo, mas uma forma abrangente de enxergar a realidade. Aqueles que se identificam com uma perspectiva crítica ao modo de produção capitalista não conseguem imaginar outra forma de socialização que não seja ecossocialista, pois a realidade concreta, o planeta, demonstra evidentes sinais de esgotamento e crise ecológica. "Ecosocialismo ou extinção" não é apenas uma palavra de ordem, mas uma escolha (Lowy, 2021; Fernandes, 2019).

É nesse contexto que já se fala em uma terceira fase do ecossocialismo. Partindo dos fundamentos mencionados, essa fase encontra ressonância nos movimentos sociais e nos debates do sul global, incluindo discussões anticoloniais, a questão indígena e propostas para uma nova relação com a natureza. Esses debates abordam questões como: que tipo de cidade devemos planejar, qual a relação entre campo e natureza, que indústrias devemos manter ou abolir e qual modelo de produção deve ser defendido, entre outros.

Harvey (2016), em seu livro "17 Contradições e o Fim do Capitalismo", menciona, no capítulo dezesseis, sobre a relação do capital com a natureza, que o capital pode, de fato, continuar a circular e acumular-se mesmo em condições de catástrofes ambientais.

Desastres ambientais criam oportunidades abundantes para um 'capitalismo do desastre' lucrar com prodigalidade. Não necessariamente a morte por inanição de pessoas expostas e vulneráveis e a destruição generalizada de habitats prejudica o capital (a não ser que provoquem rebelião e revolução), justamente porque grande parte da população mundial já se tornou redundante e descartável. Além disso, o capital nunca hesitou em destruir as pessoas, quando se trata de lucrar (Harvey, 2016, p. 337).

As determinações aqui mencionadas, que resultam na crise ambiental intensificada na contemporaneidade, têm suas raízes nas ações antrópicas voltadas à perpetuação do modo de produção vigente. Dessa forma, como Marx e Engels (1986) já alertavam, a terra é a fonte original de toda riqueza, sublinhando a relação

essencial entre a natureza e o processo produtivo, cujos limites o capitalismo ignora, agravando a crise ambiental e radicalizando o seu caráter destrutivo da vida.

3 TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO TEÓRICA NA REGIONAL NORTE DA ABEPSS ANALISANDO TESES E DISSERTAÇÕES

Sendo o Serviço Social profissão de caráter eminentemente interventivo e que, pela opção teórico-prática hegemonicamente determinada a partir de sua reconceitualização, não se aparta das transformações societárias e mantém-se atenta às nuances das disputas políticas e ideológicas, o diálogo crítico desta com temas pulsantes na contemporaneidade é basilar para instrumentalizar as/os profissionais de mistificações da realidade.

A questão ambiental é uma categoria que vem, ao longo do século XXI, ganhando destaque nos noticiários impressos, televisivos e online, em estudos acadêmicos das diversas áreas de conhecimento, no campo das políticas públicas com ou sem fins lucrativos e nos slogans empresariais. Estando o Serviço Social inserido em diversos desses espaços de trabalho e produção de conhecimento, não poderíamos nos apartar dos debates acerca da temática a partir de uma leitura crítica dessa contraditória realidade.

Estando os pesquisadores deste artigo vinculados a um PPGSS localizado em território amazônida, produzindo conhecimento nesse e sobre este território, sabendo que a Amazônia, ao longo de trajetória histórica, esteve e está em contínuos processos de exploração de mão de obra e recursos ambientais com significativos rebatimentos para as populações tradicionais ribeirinhas, indígenas, povos quilombolas e nativos dos espaços de floresta, nossa finalidade é identificar, a partir das produções de teses e dissertações produzidas em PPGSS igualmente classificados, segundo a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, como pertencentes à região Norte, como a temática da sustentabilidade está sendo problematizada e quais os apontamentos as(os) autores responsáveis pelas pesquisas nos indicam.

No decurso do levantamento destas produções, já descrito na introdução deste artigo, foram identificados, ao final, 17 produções sendo 2 teses e 15 dissertações. A priori, a partir do quadro exposto abaixo, identificamos que o programa de mestrado da Universidade Federal do Amazonas apresenta significativa produção dissertativa sobre a temática da sustentabilidade se comparado com os demais programas, tendo vinculado, até o período pesquisado, 12 dissertações publicadas entre os

anos de 2014 e 2022. Uma das determinantes que podem ter proporcionado este fenômeno é a própria titulação do curso de mestrado desta instituição, qual seja: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Portanto, entendemos que os trabalhos lá produzidos, mantendo a coerência com a proposta do programa, incluíam a “sustentabilidade” em suas pesquisas.

Quadro 1 – Produções acadêmicas identificadas pela instituição de vinculação, o nome das(os) pesquisadoras(es), o ano de publicação e a natureza do trabalho

INSTITUIÇÃO	TÍTULO	AUTOR	ANO	TESE OU DISSERTAÇÃO
UFAM	Gestão social e sustentabilidade socioambiental: um estudo de caso sobre a política de promoção da saúde em Boa Vista - RR	Lady Mara Lima de Brito	2014	Dissertação
	Trabalho e sustentabilidade: manejo de andiroba pela Coopfitos e Comunidade Canaã no município de Manaquiri-AM	Laura Rúbia da Silva dos Santos	2014	Dissertação
	Associativismo e agricultura familiar: construção de indicadores de sustentabilidade para a associação "Flores da Eva" no município de Rio Preto da Eva-AM	Maria das Neves Oliveira Candido	2014	Dissertação
	Política pública de assistência social e sustentabilidade na Amazônia: um estudo nos municípios de Maués e Parintins no Baixo Amazonas	Patricio Azevedo Ribeiro	2014	Dissertação
	O ambiente como expressão da questão social e campo interventivo do serviço social: sustentabilidade, resiliência instrumentalidade na cidade de Manaus / AM	Ana Beatriz de Souza Cyrino	2015	Dissertação
	Sustentabilidade Socioambiental: um estudo de caso na cooperativa de fibras vegetais, malva e juta, de Manacapuru no Amazonas	Geisiane Tavares Soares	2015	Dissertação
	Sustentabilidade da Agricultura Familiar tradicional: um estudo nas comunidades ribeirinhas no Município de Caapiranga/ Am	Itaciara Prestes da Silva Pontes	2015	Dissertação
	Sustentabilidade socioambiental no trabalho dos catadores de materiais recicláveis: condições de acesso à Previdência Social.	Damarens Ismael da Costa	2017	Dissertação
	Sustentabilidade social e cultural da política de Educação Ambiental: um estudo de caso no programa social e ambiental dos igarapés de Manaus-AM.	Barbara Gabriella Oliveira Chaves	2018	Dissertação
	Sustentabilidade da Política Nacional de Atenção Básica em comunidades tradicionais ribeirinhas no Amazonas.	Camila Fernanda Pinheiro do Nascimento	2021	Dissertação
	Sustentabilidade e saúde no uso de plantas medicinais na ótica das populações ribeirinhas da Amazônia.	Evelyn Barroso Pedrosa	2021	Dissertação
	Sustentabilidade e saúde: estudo sobre as equipes de saúde da família em Manacapuru/AM.	Thamirys Souza e Silva	2021	Dissertação

UFPA	Crise dos resíduos sólidos e conflito socioambiental na Amazônia: a luta do movimento social fórum permanente fora lixão de Marituba frente aos impactos do aterro sanitário de Marituba (PA)	Regiane do Nascimento Marques dos Reis	2021	Dissertação
	Conflitos socioambientais em complexos portuários no estado do Pará: ameaças, agentes e resistências frente à expansão do grande capital	Thais Sousa Silva	2021	Dissertação
	Desafios e possibilidades de atuação do serviço social na questão socioambiental: uma análise das experiências registradas nos anais do congresso brasileiro de assistente sociais (CBAS)	Cristiane Pinto da Silva	2022	Dissertação
UFMA	O Serviço Social e as tramas do fetiche do desenvolvimento sustentável na particularidade do setor elétrico na Amazônia Legal: "velhas" e "novas" demandas profissionais	Mariana Cavalcante Braz Berger	2018	Tese
	Reservas extrativistas marinha de Cururupu: limites e possibilidades à sustentabilidade ambiental	Rosalva de Jesus dos Reis	2019	Tese

Fonte: Elaborado pelos autores (2025)⁴

Em contrapartida, o Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade do Maranhão (PPGPP/UFMA) publicou nos anos de 2018 e 2019 as duas únicas teses identificadas nesta pesquisa produzidas, respectivamente, pelas autoras Mariana Cavalcante Braz Berger e Rosalva de Jesus dos Reis. Para nossas inferências buscamos, nos resumos destes trabalhos, os elementos conceituais, o processo metodológico e os principais resultados expostos nesse importante elemento textual. Começaremos então nossas análises pelas teses.

No que se refere as Teses de Doutorado percebeu-se duas concepções acerca do debate de Sustentabilidade, o que certamente se articula aos fundamentos de análise, a saber: uma Tese sob orientação do método crítico-dialético e a outra sob orientação do pensamento pós-moderno. Na primeira Tese, a saber:

O Serviço Social e as tramas do fetiche do desenvolvimento sustentável na particularidade do setor elétrico na Amazônia Legal: 'velhas' e 'novas' demandas profissionais", apreende-se uma concepção de Sustentabilidade como fetiche, uma vez que "os empreendimentos se apresentam como defensores do meio ambiente; uma farsa, na medida em que esses empreendimentos na Amazônia Legal com seus grandes projetos, como as usinas hidrelétricas, destroem a natureza (Berger, 2018, p. 09).

4. Produção das(os) autores a partir de dados coletados nos sites das instituições de pós-graduação.

Nesse sentido, observou-se que a teoria em Marx, particularmente a categoria de fetiche, está colocada como mediação estratégica de desvelamento das contradições postas no debate de Sustentabilidade, ou como defendemos neste trabalho: de insustentabilidade do capitalismo, considerando o seu caráter destrutivo da natureza e da vida humana. Sobre isso, Marx (2013) apresenta uma crítica ao desenvolvimento destrutivo do capitalismo, ou (in) sustentável como estamos denominando, a saber:

Com a preponderância sempre crescente da população urbana que amontoa em grandes centros, a produção capitalista acumula, por um lado, a força motriz histórica da sociedade, mas perturba, por outro lado, o metabolismo entre homem e terra, isto é, o retorno dos componentes da terra consumidos pelo homem, sob forma de alimentos e vestuário, a terra, portanto, a eterna condição natural de fertilidade permanente do solo. Com isso, ela destrói simultaneamente a saúde física dos trabalhadores urbanos e a vida espiritual dos trabalhadores rurais. [...] E cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade (Marx, 2013, p. 113).

Depreende-se, portanto, que na medida em que avançam as forças produtivas do capitalismo há uma cisão/alienação da relação metabólica entre homem e natureza, pois em que pese para Marx haver, entre a natureza e o homem, um metabolismo único, com o advento da alienação do próprio ser no capitalismo, ocorreria um distanciamento visceral entre ambos, estabelecendo a destruição da vida em geral. Tese esta que estamos totalmente de acordo, uma vez que a teoria em Marx trata de interpretar o mundo a partir dos elementos da história concreta.

Contudo, na segunda Tese, qual seja: "Reservas extrativistas marinha de Cururupu: limites e possibilidades à sustentabilidade ambiental", a autora afirma que estará norteada a partir de um diálogo com os pensadores Foucault e Bourdieu, clássicos absolutamente importantes para o pensamento social, mas que estão no campo de análise estruturalista. O autor Carlos Nelson Coutinho, no Livro "O Estruturalismo e a Miséria da Razão" faz uma análise crítica ao estruturalismo, tendo em vista a abordagem que os autores dessa tradição apresentam, qual seja: uma visão instrumental e mecanicista, acabando por subtrair a história como elemento central da análise dos processos sociais, propondo uma análise de estrutura rígida, atemporal e paradigmática.

Coutinho (1972) argumenta que o pensamento estruturalista minimiza a ação recíproca entre os homens, ou seja: a prática humana, dando primazia às estruturas

sobre a ação dos sujeitos históricos. O autor também critica o afastamento do estruturalismo em relação ao movimento, próprio da dialética marxiana, que considera a história, sendo a principal das ciências, um processo dinâmico e contraditório, impulsionado pela luta de classes. Entende-se que em Coutinho a crítica ao estruturalismo se forja a partir da apreensão do autor sobre o modo como o estruturalismo privilegia as estruturas em detrimento do movimento histórico, ignorando o caráter transformador da ação humana.

Outro ponto a ser observado na Tese é que os resultados se limitam a apreensão da “percepção que (os moradores) possuem da unidade de conservação e do órgão gestor” (Reis, 2019, p. 08), o que é certamente importante, mas não suficiente para a apreensão em perspectiva crítica e de totalidade dos elementos contidos nessas realidades, tendo em vista que é a racionalidade teórica a mediação capaz de interpretar o mundo em sua processualidade e dinâmica, conforme aponta Netto (1989, p. 92-93):

Nesta teoria social, o traço peculiar, mais pertinente e decisivo refere-se ao seu cariz histórico-ontológico [...] De um lado, a história aparece como o próprio constitutivo da reflexão teórica e a tensão entre razão e história se resolve no seu plano mesmo: a razão se historiciza e a história se torna racional. De outro, esta reflexão teórica não se propõe como matriz ideal, modelo intelectual ou paradigma de explicação do real; ela se instaura como reprodução ideal do movimento real do próprio ser social—instaura-se como reconstrução, no nível da razão, do modo de ser do ser social [...]. Antes de mais, esta teoria se articula sobre a perspectiva da totalidade: a sociedade é apreendida como uma totalidade concreta, dinâmica e contraditória, que se constitui de processos que, eles mesmos, possuem uma estrutura de totalidade de maior ou menor complexidade.

Sobre as dissertações há uma tentativa de problematizar a interface da sustentabilidade ou a categoria socioambiental com as políticas de assistência social, saúde, trabalho e educação, além de intentar estabelecer um diálogo com o trabalho desempenhado por povos e/ou comunidades tradicionais nas florestas e com organização social da sociedade civil, destaque para as cooperativas. Somente uma das dissertações se propõe estabelecer um diálogo direto entre a atuação da profissão com a questão socioambiental a partir da mediação das políticas públicas.

Começaremos por afirmar que o Estado é, em essência e gênese, uma estrutura limitante e limitadora, que defende os interesses do grande capital, ainda que pelas pressões coletivas da classe trabalhadora promova, em diferentes níveis, estratégias de mitigação das misérias sociais, dentre elas a dita sustentabilidade

social. Desta forma, quaisquer estratégias que venham a ser analisadas por esta via serão sempre limitadas.

Sobre aspectos teórico-metodológicos, das 15 dissertações, 60%, ou seja 9, não indicam o método de pesquisa/análise do estudo. Por outro lado, todos os trabalhos indicaram a natureza da pesquisa. Alguns iniciando sua descrição metodológica por ele e suprimindo o método que fundamentou o estudo. Observamos que parte significativa inclui o termo “sustentabilidade” ou “socioambiental” em seus títulos, mas estes não são considerados na elaboração de outros componentes relevantes que orientam a pesquisa como: problema de pesquisa/questão norteadora, objetivo geral e objetivos específicos o que, para nós, incorrem em incongruências na elaboração das estratégias metodológicas e nos eventuais resultados da pesquisa que acabam por não alcançarem essa categoria em seus resultados.

Como exemplo da última inferência mencionada no parágrafo acima, temos a dissertação intitulada “Gestão social e sustentabilidade socioambiental: um estudo de caso sobre a política de promoção da saúde em Boa Vista – RR”. A autora descreve que “[...] O delineamento metodológico buscou responder a seguinte questão norteadora: *Quais são as estratégias operacionais da Gestão Social em rede no sistema descentralizado da Política de Promoção da Saúde no município de Boa Vista?*” (Brito, 2014, p. 09, grifos nossos). Segue afirmando que o “[...] objetivo geral deste estudo foi *avaliar as estratégias operacionais da gestão social em rede no sistema descentralizado da política de promoção da saúde no município de Boa Vista –RR sob a perspectiva da sustentabilidade socioambiental*” (Brito, 2014, p. 09, grifos nossos). Nota-se, a priori, uma incongruência entre o que se pergunta e o traçado como objetivo geral.

Ao traçar suas estratégias metodológicas observamos uma ênfase da autora em levantar dados nos espaços de saúde, tanto na análise de documentos da secretaria municipal de saúde, quanto às entrevistas com profissionais da gestão desta secretaria, profissionais vinculados à Estratégia Saúde da Família – ESF e representantes do conselho municipal de saúde. A autora abrange, também, suas atividades investigativas para a política de educação. Nessa trajetória, não identificamos movimentos de aprofundamento da interface entre as mencionadas políticas e políticas voltadas ao meio ambiente ou correlata a esta última. Nos resultados expostos a autora afirma a necessidade de fortalecimento da intersetorialidade, entre elas o diálogo com a política de meio ambiente “a fim de qualificar a prestação de serviços à população”. Ainda que a autora mencione

que

[...] às dimensões da sustentabilidade socioambiental estão no cerne das políticas sociais, isso significa que sem compreender a sustentabilidade a partir dos indicadores territorial, social, ambiental, cultural, político e econômico como importantes instrumentos para direcionar as políticas públicas é impossível avançar no campo da gestão social em rede (Brito, 2014, p. 09, grifo nosso).

Inferimos, a partir do exposto, que a categoria socioambiental não está sendo devidamente profundada nas análises desses estudos em sua interface com a política de saúde e educação, funcionando mais como um potencial indicador de saúde do que uma categoria que transversaliza.

Outro exemplo é o trabalho do autor Patrício Azevedo Ribeiro, intitulada “Política pública de assistência social e sustentabilidade na Amazônia: um estudo nos municípios de Maués e Parintins no Baixo Amazonas” onde este descreve que a pesquisa se debruçou em analisar

[...] a política pública de Assistência Social no âmbito da operacionalização da Proteção Social Básica nos municípios de Maués e Parintins, no Baixo Amazonas, tendo como referência a sustentabilidade social, sobretudo ao que tange o acesso, equidade na oferta dos serviços e enfrentamento da vulnerabilidade social (Ribeiro, 2014, p. 09, grifo nosso).

Continua indicando que em seus resultados identificou que

[...] os resultados do estudo apontam que: o financiamento por parte do governo federal e municipal não consegue atender a demanda da realidade dos municípios; há desencontro de diálogo entre aqueles que operacionalizam os serviços e os que recebem o atendimento; parca contribuição da supracitada política no cotidiano dos indivíduos e famílias que participam das atividades no CRAS; precariedade no ambiente físico dos CRAS, bem como na infraestrutura; pouca formação e capacitação continuada para os trabalhadores do SUAS; falta de um diagnóstico socioterritorial completo sobre a situação de vulnerabilidade social dos municípios, entre outros (Ribeiro, 2014, p. 09, grifo nosso).

Finalizando o resumo, Ribeiro (2014) menciona que “remando contra a maré”, é uma política recheada de limites e desafios o que a qualifica numa perspectiva de (in)sustentabilidade na intervenção que faz”. Em última análise, a utilização da denominação (in)sustentabilidade está, contextualmente, fazendo alusão ao que está além das possibilidades de se suportar, intolerável. Ainda que concordemos que a política de assistência social, cerne do debate dissertativo, esteja de fato intolerável na contemporaneidade, as discussões sobre a categoria sustentabilidade estão a largo do conceito epistemológico aqui utilizado.

O trabalho dissertativo de Costa (2017) intitulado “Sustentabilidade socioambiental no trabalho dos catadores de materiais recicláveis: condições de acesso à Previdência Social” buscou analisar a sustentabilidade socioambiental no trabalho dos catadores de materiais recicláveis e o acesso destes trabalhadores à previdência social no município de Manaus, estabelecendo como lócus de pesquisa duas associações de catadores, qual seja: ASCAFIGUAM e ECORECICLA. Interessamos expor aqui um dos seus resultados que consideramos de extrema relevância, a respeito da “[...] reivindicação do Movimento Nacional de Catadores, que prevê que esses sejam inseridos como segurados especiais, não só é legalmente viável, financeiramente possível, como representaria um avanço para a universalização da Previdência Social” (Costa, 2017, p. 08).

Também gostaríamos de mencionar outro resultado alcançado pela pesquisa que reafirma a “[...] grande contribuição dos catadores de materiais recicláveis diante do enfrentamento da questão socioambiental e o descaso do poder público com a classe que executa seu trabalho de forma precária e sem proteção trabalhista e social” (Costa, 2017, p. 08). Sobre este nos cabe chamar para o diálogo o que Coutinho (2009, p. 25, grifos nossos) nos apresenta sobre a perspectiva da economia ecológica que, em linhas gerais, propõem subterfúgios para a crise ambiental fundamentados em uma “[...] possibilidade de humanizar o capitalismo e, assim, compartilhar os seus objetivos com uma espécie de ‘ética ecológica’ a ser assumida pelos indivíduos”.

Para o autor, a reciclagem é um exemplo assertivo dessa estratégia porquanto pela mediação da reciclagem podemos pensar a destinação dos rejeitos da produção e do consumo, a geração de emprego e renda, a disponibilidade atual e futura de matérias primas renováveis e não renováveis, entre outros aspectos que, se não mediados com a totalidade, podem restringir nossas observações a uma imediatez que nos aparta do cerne propulsor do volume expressivo que gera materiais utilizados no processo de reciclagem, para além de imputar, ideologicamente, uma ética ecológica que nos responsabiliza, individualmente em nosso cotidiano, por atitudes que contribuam com a manutenção do meio ambiente. O autor afirma categoricamente que há

[...] razões de ordem física e econômica [que] impossibilitam o desenvolvimento de uma economia da reciclagem efetivamente do ponto de vista econômico e ambiental. Assim, embora seja importante para o meio ambiente, a reciclagem de materiais encontra limites que impedem o desenvolvimento do seu aparente potencial (Coutinho, 2009, p. 25).

Continua o autor expondo que, do ponto de vista econômico, há um expressivo investimento financeiro e de recursos humanos no processamento e beneficiamento de materiais recicláveis que, ao final, não encontram um bom mercado, visto que a indústria opta pela utilização de matéria-prima em detrimento de materiais secundários. “O valor de mercado de matérias secundárias, sendo sensivelmente inferior ao valor, indica que a empresa pré-processadora não consegue o lucro médio. Uma forma de ampliar sua margem consiste em aumentar, no ciclo de reciclagem, a quantidade de trabalho não pago” (Coutinho, 2009, p. 27).

Quando menciona o trabalho não pago, o autor se refere a coleta seletiva de lixo nos lares desempenhado por aqueles que lá habitam, o trabalho de coleta e seleção dos lixos pelos catadores que ao final recebem pelo volume de material coletado e não pelo processo de trabalho dedicado, entre outras atividades não remuneradas. Como afirma Fernandes (2024), é impossível uma mudança estrutural pensando a partir de atitudes de indivíduos não articulados. Estas atividades desagrupadas, de conscientização sobre a natureza, ocasiona pequenas ações individuais fragmentadas facilmente suprimidas ou serão cooptadas pelo sistema para exemplificar hábitos de vida verdes comercializáveis.

Entendemos, portanto, que ainda que sejam consideradas relevantes as iniciativas de atividades de reciclagem como estratégias de geração de renda para parte da população, é necessário indicarmos as inviabilidades e limites desse processo afim de desconstruirmos ideologias da ética ecológica individual e estimular organização coletivas em espaços que buscam a ruptura sistêmica, incorporando tanto aspectos do mundo do trabalho quando da crise ecológica.

Transversalizando esse debate, temos o trabalho da mestra Regiane do Nascimento Marques dos Reis (2021) titulado “Crise dos resíduos sólidos e conflito socioambiental na Amazônia: a luta do movimento social fórum permanente fora lixão de Marituba frente aos impactos do aterro sanitário de Marituba (PA)” que problematiza o descumprimento de legislações ambientais por empresas responsáveis pela coleta de resíduos sólidos no armazenamento de dejetos que ocasionam prejuízos ambientais e sociais para as comunidades que rodeiam estes espaços.

Como mencionado acima, o volume exacerbado de dejetos da produção e do consumo provoca perversos desequilíbrio ambientais que nem mesmo iniciativas como a da reciclagem ou outras medidas dariam conta de amenizar. A omissão do Estado no descumprimento de normas ambientais, reforçada pelo pacto público-

privado, é uma determinação da realidade que perpetua comportamentos irregulares e criminosos de empresas responsáveis pela coleta, tratamento, armazenamento e destino de dejetos.

Não observamos no resumo deste trabalho quais são os riscos socioambientais ou os impactos gerados que foram identificados pelo estudo. Contudo, entendemos que o capital não se limita pelas necessidades de preservação/conservação/manutenção da natureza quando os despejos superam a capacidade de absorção pela natureza. A poluição ambiental gerada por esta atividade é revertida “[...] em forma de custos socializados, pois o capital não assume os gastos com a recuperação da qualidade ambiental” (Coutinho, 2009, p. 27), ou seja, o Estado, através da arrecadação pública, tem papel fundamental na tentativa de recuperação desses espaços físicos e na intervenção por meio de políticas públicas junto às populações afetadas.

Por fim, cabe-nos salientar que parte significativa das dissertações estabelecem diálogo entre as categorias sustentabilidade/socioambiental com comunidades tradicionais, destaque para comunidades ribeirinhas e o trabalho em associação, atividade de extrativismo e agricultura familiar. Historicamente, o espaço amazônico é divulgado, nacional e internacionalmente, como um grande espaço florestal, de riquezas naturais, biodiversidade animal, vegetal e mineral com potencial de exploração e, contraditoriamente, de preservação. Nesses discursos, os povos que vivem na Amazônia são, comumente, invisibilizados ou alijados e realocados em segundo plano. São subtraídos, minorizados e silenciados dos espaços de debate político institucionalizados, tendo suas reivindicações, necessidades e direitos constitucionais abrandado de forma parca pelo poder público e depreciados pelas instituições privadas (Castro, 2010; Marques, 2019).

Estando coerente com os princípios fundamentais firmados no Código de Ética do Serviço Social (1993) que reconhece a liberdade como valor ético central e as demandas políticas a ela inerentes; a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; ampliação e consolidação da cidadania na garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras e; pela defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida é estritamente relevante que sejam produzidos estudos que elucidam, evidenciam e revelam as formas de resistência e organização coletiva desses agentes sociais que existem e resistem na Amazônia.

Estudos como da mestra Laura Rúbia da Silva dos Santos (2014)⁵ que se propõem a identificar as formas de trabalho organizadas em comunidades rurais amazônicas na atividade extrativista do óleo de andiroba, de Maria das Neves Oliveira Candido (2014)⁶ que objetivou analisar a dimensão social do desenvolvimento sustentável de famílias integrantes da associação Flores da Eva, ou da pesquisa de Evelyn Barroso Pedrosa (2021)⁷ que se desafiou analisar a perspectiva de sustentabilidade social e cultural no uso de plantas medicinais em saúde pelas populações ribeirinhas da Amazônia contribuem para o aprimoramento de literaturas amazônicas sobre o território, bem como para fundamentação teórico-prática da categoria e áreas das ciências sociais.

Contudo, práticas endógenas que propiciam ou exemplificam práticas “sustentáveis”, que gerem um dito desenvolvimento ambientalmente equilibrado entre homem/natureza estão imersos em uma complexa teia de produção e reprodução da vida que, por si mesma, está em desacordo com as práticas sustentáveis destes povos/comunidades. Ampliando nossa lupa de observação e extrapolando esses exemplos endógenos ao ambiente exógeno, teremos que a época histórica que vivenciamos de mundialização do capital através da financeirização subordina os interesses coletivos aos interesses da classe que domina, não há como negar que os acordos do grande capital suprimem as racionalidades de relação harmônica homem/natureza (Lowy, 2000; Chesnais; Serfati, 2002).

Questões éticas, políticas, econômicas, culturais e comportamentais surgem no amplo debate sobre sustentabilidade, dentre elas, a autonomia e autodeterminação das comunidades que se desdobra em posicionamentos ideopolíticos os quais

5. Expõe como resultados da pesquisa que a Cooperativa de Produtores e Beneficiadores de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e Fitocosméticos de Manaquiri – COOPFITOS, “[...] por meio de suas práticas produtivas, contribui efetivamente para implementar ações sustentáveis, tanto em sua relação com a natureza como em sua relação com a comunidade Canaã” (Santos, 2014, p. 09).

6. Aponta que “[...] serviços básicos apresentam um grau de sustentabilidade ainda longe do ideal, pois, apesar do acesso das famílias produtoras rurais aos serviços de infraestrutura isso se dá de forma reduzida, com relação ao grau de sustentabilidade. Porém, quanto aos dados obtidos com relação à associação percebeu-se que a interferência de diversos fatores externos (burocracia documental, apoio técnico, dentre outros), quanto internos (participação nas decisões coletivas, disponibilidade, dentre outros) contribui de forma significativa para que não se alcance um elevado grau de sustentabilidade” (Candido, 2014, p. 08).

7. Segundo Pedrosa (2021, p. 08) “[...] o estudo aponta para a necessidade de repensar a materialidade e a operacionalização das políticas públicas, para que a sustentabilidade não se mantenha apenas no conteúdo textual técnico-científico, mas para que esse viés de sustentabilidade seja concretizado para além do plano teórico-metodológico. Assim, os princípios e dimensões da sustentabilidade tendem a contribuir no enfrentamento das desigualdades sociais, na luta por justiça e garantia de direitos sociais, civis e políticos, colaborando para o desenvolvimento humano, social e de cidadania”.

podem incidir em abordagens tanto no campo progressistas, sendo incorporados como estratégias coletivas de organizações políticas da sociedade civil, de povos originários e outras formas de resistência, ou utilizadas pelo campo conservador subsidiando éticas individuais e comercializadas como modelos ambientais de conciliação entre sociedade capitalista e natureza, sem modificar as estruturas da sociedade moderna.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou analisar as tendências da produção teórica sobre a questão ambiental no campo do Serviço Social na Regional Norte da ABEPSS, entre os anos de 2010 e 2024. A partir do levantamento realizado nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da região, observou-se que, apesar da relevância crescente da crise ambiental no debate público e acadêmico, ainda há uma escassez de produções teóricas que abordem essa temática de forma crítica e radical, em consonância com os princípios da tradição marxista defendidos pelo projeto ético-político da profissão.

A análise das produções encontradas revela uma predominância de discussões que, embora reconheçam a gravidade da crise ecológica, muitas vezes permanecem vinculadas a concepções de sustentabilidade que se alinham com propostas reformistas. Essas propostas, ao focarem soluções pontuais, não enfrentam o cerne do problema: a lógica destrutiva do capitalismo, que explora exaustivamente os recursos naturais e humanos em prol da acumulação incessante de capital.

Em contrapartida, o Serviço Social, a partir de sua orientação marxiana, tem aportes teórico-metodológicos capazes de forjar uma leitura radical sobre a questão ambiental. Na leitura marxiana compreende-se que a crise ecológica não pode ser dissociada do modo de produção capitalista, cuja base é a exploração da natureza e dos trabalhadores. Conforme apontam autores como Sabrina Fernandes (2019) e Michael Löwy (2021), a resposta a essa crise deve ser anticapitalista, uma vez que apenas uma reorganização profunda das relações de produção é capaz de oferecer uma saída viável para o atual estado de esgotamento dos recursos da natureza e, por consequência, de resistência à barbárie.

Neste sentido, entende-se que, em que pese os avanços registrados na produção teórica na região, é necessário avançar no sentido de incorporar de maneira mais incisiva o debate ecossocialista, a partir da razão moderna e marxiana, com

vistas a fortalecer a crítica às propostas de sustentabilidade que desconsideram as contradições inerentes ao capitalismo, as quais são próprias do pensamento pós-moderno e do irracionalismo. Faz-se necessário que os pesquisadores desta região, especialmente no campo do Serviço Social, continuem a fomentar uma produção teórica que vincule às problemáticas ambientais à legalidade social do capital, em seus aspectos singulares, universais e particulares.

Em suma, considera-se que produção teórica sobre a questão ambiental no Serviço Social da Região Norte está em processo de construção e avanço, sendo fundamental a continuidade de novos estudos que contribuam para um processo de formação profissional ecossocialista, uma vez que para Marx, “a terra é a fonte original de toda riqueza” (Marx, 2010, p. 187), sendo, portanto, imprescindível a preservação da terra em sua concepção mais ampliada de natureza, com vistas a preservação da vida em sua totalidade.

REFERÊNCIAS

BERGER, M. C. B. **O Serviço Social e as tramas do fetiche do desenvolvimento sustentável na particularidade do setor elétrico na Amazônia Legal:** “velhas” e “novas” demandas profissionais. 2018. 270 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) — Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís/MA, 2018.

BRITO, L. **Gestão social e sustentabilidade socioambiental:** um estudo de caso sobre a política de promoção da saúde em Boa Vista – RR. 2014. 187 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2014.

CANDIDO, M. **Associativismo e agricultura familiar:** construção de indicadores de sustentabilidade para a associação “Flores da Eva” no município de Rio Preto da Eva-AM. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2014.

CARCANHOLO, R.; NAKATANI, P. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. In: GOMES, H. (org.). **Especulações e lucros fictícios.** São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CASTRO, E. M. R. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, W; CASTRO, E; VEJMEKA, M. (eds.). **Amazônia, região universal, teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010.

CHAVES, Barbara Gabriella Oliveira. **Sustentabilidade social e cultural da política de Educação Ambiental**: um estudo de caso no programa social e ambiental dos igarapés de Manaus-Am. 2018. 134 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

CHESNAIS, F. SERFATI, C. Ecologia e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Críticas Marxistas**, n. 16, p. 39-75, mar. 2002. Disponível em: [www. Reserarchgate.net/publication\"Ecologia\" e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas](http://www.Reserarchgate.net/publication\) Acesso em: 25 jul. 2024.

COUTINHO, R. “Crise ambiental” e desenvolvimento insustentável: a mitologia da sustentabilidade e a utopia da humanização do capitalismo “selvagem”. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 21-36, jul/dez, 2009. Acesso em: 25 jul. 2024.

COUTINHO, R. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972. 224 p.

COSTA, D.I. **Sustentabilidade socioambiental no trabalho dos catadores de materiais recicláveis**: condições de acesso à Previdência Social. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade) — Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade, Universidade Federal de Manaus, Manaus/AM, 2017.

CYRINO, Ana Beatriz de Souza. **O ambiente como expressão da questão social e campo interventivo do serviço social**: sustentabilidade, resiliência instrumentalidade na cidade de Manaus / AM. 2015 102 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

FERNANDES, S. **Fundamentos do Ecosocialismo**. YouTube, 23 de jul. de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WcpZG3HkEtQ&list=PLPZ4y7b7MwOv0HV55UCMbXYFh6jjjneDP> . Acesso em: 25 jul. 2024.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LÖWY, M. Ecosocialismo: o que é, por que precisamos dele, como chegar lá. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 13, n. 2, p. 471–482, 2021. DOI: 10.9771/gmed.v13i2.45816. Disponível em: www.researchgate.net/publication/354709006_Ecosocialismo_o_que_e_por_que_precisamos_dele_como_chegar_la Acesso em: 25 jul. 2024.

LÖWY, M. De Marx ao Ecosocialismo. In: LOWY, M.; BENSID, D. **Marxismo, modernidade, utopia**. São Paulo: Xamã, 2000.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I: O Processo de Produção do Capital. Tradução Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARQUES, G. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

NASCIMENTO, Camila Fernanda Pinheiro do. **Sustentabilidade da Política Nacional de Atenção Básica em comunidades tradicionais ribeirinhas no Amazonas**. 2022. 109 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2021.

NETTO, J. P. O serviço social e a tradição marxista. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, v. 10, n. 30, p. 89-102, abr. 1989.

PEDROSA, E. **Sustentabilidade e saúde no uso de plantas medicinais na ótica das populações ribeirinhas da Amazônia**. 2021. 171 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.

PONTES, Itaciara Prestes da Silva. **Sustentabilidade da Agricultura Familiar tradicional: um estudo nas comunidades ribeirinhas no Município de Caapiranga/Am**. 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

REIS, R. **Crise dos resíduos sólidos e conflito socioambiental na Amazônia:** a luta do movimento social fórum permanente fora lixão de Marituba frente aos impactos do aterro sanitário de Marituba (PA). 2021. 133 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará. Belém, 2021.

REIS, R. J. **Reservas extrativistas marinhas de Cururupu:** limites e possibilidades à sustentabilidade ambiental. 2019. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) — Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luiz/MA, 2019.

RIBEIRO, P. **Política pública de assistência social e sustentabilidade na Amazônia:** um estudo nos municípios de Maués e Parintins no Baixo Amazonas. 2014. 190 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2014.

SANTOS, L. **Trabalho e sustentabilidade:** manejo de andiroba pela Coopfitos e Comunidade Canaã no município de Manaquiri-AM. 2014. 106 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2014.

SILVA, Thamirys Souza e. **Sustentabilidade e saúde:** estudo sobre as equipes de saúde da família em Manacapuru/AM. 2021. 96 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) -Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2021.

SOARES, Geisiane Tavares. **Sustentabilidade Socioambiental:** um estudo de caso na cooperativa de fibras vegetais, malva e juta, de Manacapuru no Amazonas. 2015. 110f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.